

Público

03-10-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Economia

Dimensão: 255

Imagem: S/Cor

Página (s): 21

Deputados querem estender inquérito aos swaps por mais três meses

Empresas públicas
Raquel Almeida Correia

Extensão do prazo será votada amanhã. Já há audições marcadas até 22 de Outubro. UTAO vai analisar liquidação de contratos

A comissão parlamentar de inquérito aos swaps poderá ser prolongada por mais três meses. O pedido de extensão do prazo vai ser votado em plenário amanhã, de modo a concretizar todas as audições já agendadas e as que ainda estão por calendarizar e também porque foi pedida à Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) uma análise à liquidação antecipada de contratos, levada a cabo pelo actual Governo no início deste ano.

As comissões parlamentares de inquérito têm, por regra, a duração de 90 dias, embora o prazo possa ser alargado por mais três meses. Ontem, o presidente da comissão explicou que “há um propósito de não retardar, mas de desenvolver os trabalhos com eficácia suficiente”. Jorge Lacão (PS) acrescentou, porém, que pode não vir “a ser necessariamente imperativo que utilizemos todo esse prazo”.

Depois de ter ouvido mais de uma dezena de responsáveis entre Junho e Setembro, a comissão regressou ontem aos trabalhos, com a audição ao director da Stormharbour, a consultora contratada pelo Governo para avaliar a apoiar a renegociação dos swaps subscritos por empresas públicas e que acumularam perdas potenciais de 3300 milhões de euros.

Paulo Gray afirmou que o trabalho

de assessoria se baseou “na avaliação, reestruturação e simplificação das carteiras” das empresas do Estado. “Procedemos à avaliação profunda, à classificação por grau de complexidade e à recomendação de eliminação de todas as transacções que eram complexas”, referiu.

Hoje será a vez de António Vieira Monteiro, presidente do Santander Totta. E, para os dias 8 e 9 de Outubro, estão agendadas as audições aos relatores das auditorias à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças e à Inspeção-Geral das Finanças, pedidas em Maio pela ministra, Maria Luís Albuquerque. Recorde-se que a auditoria à última entidade revelou que foram destruídos papéis de trabalho que estavam associados a relatórios sobre empresas públicas (incluindo análises aos derivados contratados).

Dois dos responsáveis que foram afastados pelo Governo também vão ser ouvidos. O primeiro será Paulo Magina, ex-administrador da CP que era vogal da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública quando foi demitido, no dia 10. E Paulo Braga Lino, que era secretário de Estado e saiu do cargo por ter sido director financeiro da Metro do Porto, tem audição agendada para 22 de Outubro.

Estão ainda agendadas as presenças, para 15 de Outubro, de Alberto Almeida Diogo (antigo director financeiro da Refer e actual administrador da empresa) e de Alfredo Vicente Pereira, que foi vice-presidente da gestora ferroviária nacional até 2010.

Na terça-feira, o Partido Comunista Português (PCP) requereu que Jaber G. Jabbour, o ex-quadro da Goldman Sachs que teve interações com diferentes entidades públicas sobre o tema dos swaps desde 2009, fosse ouvido na comissão de inquérito. Na sequência das notícias avançadas pelo PÚBLICO sobre estes contactos, os partidos decidiram pedir informações adicionais ao consultor de origem síria para decidir sobre a sua ida ao Parlamento.

O pedido de extensão do inquérito também está relacionado com o facto de a comissão pretender ouvir os bancos envolvidos na polémica e ainda não ter tido resposta aos convites (por se tratar de entidades estrangeiras, não podem ser intimadas a comparecer). Além disso, foi aprovado ontem um requerimento do Bloco de Esquerda para que a Unidade Técnica de Apoio Orçamental analise os impactos da liquidação antecipada de contratos, promovida pelo actual Governo no início do ano.



Paulo Gray, da Stormharbour, foi ouvido ontem no Parlamento